

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1535105 - RJ (2019/0191593-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : BIANCA COTE GIL DUARTE
AGRAVANTE : LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA RENNO
AGRAVANTE : LIVIA NASCIMENTO RENNO
AGRAVANTE : MATHEUS TONIN DUARTE
AGRAVANTE : LIH INVESTIMENTO E PARTICIPACAO LTDA
OUTRO NOME : LIH ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMOBILIÁRIOS LTDA
AGRAVANTE : BIAH CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA
OUTRO NOME : BIAH ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : ANA LYGIA TANNUS GIACOMETTI - SP220478
MARINA SARAIVA PEZOLITO - SP350998
AGRAVADO : BANCO BBM S/A
ADVOGADOS : FABRÍCIO ROCHA DA SILVA - SP206338
ANTONIO LEOPARDI RIGAT GARAVAGLIA
MARIANNO - SP310592
HELIO MORETZSOHN DE CARVALHO JUNIOR - SP358087
JULIANA MENIN SILBERSCHMIDT - SP400951

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA. MÁ-FÉ. SÚMULA 83/STJ. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRADO IMPROVIDO.

1. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas *a* e/ou *c* do permissivo constitucional. Precedentes.
2. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

